

Brasil vai enviar militares à África

São 750 brasileiros das Forças Armadas que seguirão para se reunir às tropas da ONU em área considerada mais perigosa que o Haiti, onde há conflito entre grupos paramilitares, diz o general Ajax Porto Pinheiro. PÁGINA 12

MISSÃO DE PAZ

Brasil vai enviar 750 militares para as forças da ONU na República Centro Africana, considerada um desafio mais perigoso que o Haiti

A caminho da África

» JORGE VASCONCELLOS
ESPECIAL PARA O CORREIO

Até o fim deste semestre, 750 militares brasileiros deverão integrar, a convite da ONU, a Missão de Paz das Nações Unidas na República Centro Africana, onde confrontos entre grupos paramilitares já causaram milhares de mortes e obrigaram cerca de 700 mil pessoas a abandonar seus lares. Dez militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica viajam ao país africano, na semana passada, para uma operação prévia de reconhecimento. A informação foi passada com exclusividade ao *Correio* pelo general Ajax Porto Pinheiro, adjunto do gabinete do Comandante do Exército e último comandante da missão de paz encerrada, no ano passado, no Haiti. Segundo ele, faltam apenas uma discussão sobre custos operacionais e a autorização do Palácio do Planalto para que o envio da tropa seja formalizado.

"A tendência é mesmo no sentido de o Brasil participar dessa missão de paz. Militares do Ministério da Defesa estão na República Centro Africana em operação de reconhecimento do terreno, onde o norte é subsaariano, com deserto; o centro é de savanas e o sul tem florestas e rios caudalosos", afirmou o general. "Sou favorável ao envio da tropa, porque o Brasil é um país de peso e não pode se furtar a agir em zonas conflagradas. A participação em uma missão de paz confere significativa projeção internacional ao país, além de favorecer que a tropa seja melhor treinada", acrescentou.

A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro Africana (Minusca) conta com cerca de 10 mil militares de diferentes países. As operações começaram no início de 2014, em meio a confrontos deflagrados com a deposição do presidente François Bozizé, agravados por uma disputa de cunho étnico e religioso entre cristãos e muçulmanos. O convite oficial para a participação brasileira na missão foi feito pela ONU, em 22 de novembro do ano passado. Segundo o general Ajax, os militares brasileiros deverão enfrentar desafios muito maiores que no Haiti.

"O grau de periculosidade



Florent Vergnes / AFP



Blindados da força de paz das Nações Unidas patrulham a estrada para Bangui, a capital centro-africana: múltiplos grupos armados no conflito entre cristãos e muçulmanos

na República Centro Africana é muito maior se comparado ao Haiti, pois são 10 grupos armados que combatem em um confronto entre muçulmanos e cristãos. Também disputam poder e o acesso às riquezas minerais, principalmente o diamante, que é muito disputado naquele país", disse o militar, acrescentando que, atualmente, as missões de paz da ONU de maior de risco estão na República Centro Africana, no Congo, no Sudão do Sul e no Mali. Neste último, as tropas enfrentam inimigos como militantes da rede terrorista Al-Qaeda

Haiti multiplicado

O oficial destacou também que a República Centro Africana, um dos países mais pobres do mundo, tem um território vinte vezes maior que o Haiti — 600 mil km² contra 27 mil km² —, o que exige outro tipo de preparação para os militares brasileiros. "O Haiti tem um território equivalente à metade da Il-

Rádio Difusora/Divulgação



ha de Marajó, e lá a nossa tropa praticamente ficava concentrada na zona urbana. Já a situação na República Centro Africana é bem diferente. São três ecossistemas diversos e há a ocorrência de emboscadas contra as tropas da ONU", disse o general. No ano passado, 21 militares dessas tropas morreram em ataques.

O professor Juliano da Silva Cortinhas, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), não acompanha a opinião do general Ajax de que a participação do Brasil em

missões de paz confere reconhecimento e prestígio internacional. "Discordo totalmente dessa visão. Etiópia, Bangladesh e Índia são os países que mais enviam soldados para missões de paz, e não se tem notícia de que eles gozem de reconhecimento internacional os países que enviam para essas missões grupos de civis encarregados de garantir o orçamento e a distribuição dos recursos para as ações. Os Estados Unidos não têm nenhum militar em missões

de paz. Têm, sim, muitos civis destacados para cuidar do financiamento", disse o professor, acrescentando que o Brasil é o segundo maior devedor da ONU — cerca de US\$ 300 milhões.

"Não sou contra o envio de tropas brasileiras para missões de paz. Garantir a paz é muito importante, mas não para conferir prestígio a determinado país", disse o professor. Segundo ele, o caminho para uma nação adquirir prestígio internacional deve começar por cuidados com a qualidade de vida da própria po-

pulação e com a garantia dos direitos humanos.

"Em um passado não muito distante, o Brasil gozava de grande projeção no cenário internacional, em função de importantes conquistas sociais, como o combate à pobreza e à fome, além de outras políticas que deram dignidade à nossa população. Infelizmente, estamos assistindo a um preocupante retrocesso em termos de direitos sociais", disse o docente, referindo-se, por exemplo, ao retorno do país ao mapa da fome.

O Brasil é um país de peso e não pode se furtar a agir em zonas conflagradas"

General Ajax Porto Pinheiro

10 MIL

Total aproximado de efetivos da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana (Minusca)

Preparação para novos desafios

O general Ajax Porto Pinheiro concorda com as recomendações do relatório *Improving Security of United Nations Peacekeepers* (Melhorando a segurança dos pacificadores da ONU), divulgado neste mês pelas Nações Unidas. O texto defende uma atuação mais proativa das forças de paz, com uso mais rápido e efetivo da força. Segundo o informe, a postura defensiva das tropas tem permitido o aumento do número de militares atacados e mortos. O documento propõe uma nova atitude diante de mudanças na ação dos grupos paramilitares, envolvidos com terrorismo e tráfico de armas e drogas.

Nos dois anos em que comandou a missão de paz no Haiti, o general adotou algumas recomendações do relatório antes mesmo da divulgação do documento — como a identificação, localização e ofensiva contra gangues e outros grupos criminosos. "Minha prioridade era evitar que um soldado fosse morto

de forma violenta. Para isso, tínhamos uma postura mais proativa. Nós utilizávamos drones para acompanhar a movimentação dos criminosos e identificar sua localização. Depois fazíamos incursões nessas localidades para anular a ação desses criminosos."

O general lembra que nenhum militar da ONU morreu em ataques durante o seu comando. "As vésperas da minha chegada no Haiti, um sargento chileno foi assassinado. Depois, isso não aconteceu mais", afirmou o ex-comandante da Minustah, a missão de paz da ONU no país caribenho.

Segurança

Caso o Brasil formalize o envio de efetivos para a República Centro Africana, as recomendações do relatório serão aplicadas nos treinamentos. "As orientações são oportunas e vêm ao encontro das necessidades de segurança da tropa. Em grande parte, as ameaças são invisíveis. Devemos

investir em tecnologia e inteligência para não sermos surpreendidos em emboscadas."

O relatório foi elaborado pelo general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, atual secretário nacional de Segurança Pública, a pedido do secretário-geral da ONU, António Guterres. "Os países contribuintes precisam adaptar-se a uma nova realidade: o capacete azul e a bandeira da ONU já não oferecem proteção natural. Ambientes de manutenção da paz, agora, apresentam grupos armados, terroristas, crime organizado, gangues de rua, exploração criminal e política e outras ameaças", escreveu Santos Cruz no resumo do relatório.

O documento revela que 943 bombas-azuis foram assassinados em missões de paz desde 1948. De 2013 a 2017, foram 195 mortes, número superior ao registrado em qualquer outro período de cinco anos da série histórica. Em 2017, a violência matou 56 militares, o maior registro anual desde 1994.

Três perguntas para

LUÍS RENATO VEDOVATO, MEMBRO DO PACTO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP) E PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA E DA FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DA UNICAMP

O senhor concorda com o relatório *Improving Security of United Nations Peacekeepers* (Melhorando a Segurança dos Pacificadores), que defende uma atuação mais proativa das forças de paz?

Na minha opinião, deveria ser dada prioridade à preparação dos soldados em relação ao respeito aos direitos humanos, para que eles possam se relacionar harmonicamente com as populações dos países em que atuam nas missões de paz. Há muitos problemas de relacionamento e violência por parte dos militares, envolvidos em agressões contra a população, estupro e outras violações dos direitos humanos. No Haiti houve esse tipo de problema. Respeitar as diversi-

dades culturais e a população de um país também é uma estratégia de pacificação.

O que o senhor tem a dizer sobre a recomendação do relatório em favor do uso da força?

Discordo totalmente. A Carta das Nações Unidas repudia o uso da força. Ela só deve ser usada no caso de legítima defesa ou com autorização expressa do Conselho de Segurança da ONU. Se as Nações Unidas identificam a necessidade de incursões e ataques militares em determinado país, que solicitem a participação da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) para apoiar as ações das tropas de paz. A Otan, sim, é credenciada e capacitada para uma ação mais ofensiva.

A participação do Brasil em missões de paz da ONU confere reconhecimento internacional?

Não concordo com esse ponto de vista. Não há, por exemplo, qualquer perspectiva de ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Nunca houve. E, já há algum tempo, o Brasil vem se dando conta de que isso não vai acontecer. A verdade é que não se quer mexer no texto da Carta da ONU, sem falar na pressão política para que não haja alterações na composição do conselho. A título de ilustração, até hoje a carta usa o nome União Soviética, e não Rússia. Na minha opinião, o que traz reconhecimento internacional a um país é o respeito à democracia, aos direitos humanos e investimentos para que eles sejam garantidos à sua população. Isso, sim, garante prestígio.



Retrodução/Facebook